



O CONCEITO DE HEGEMONIA NA LUTA CONTRA O RACISMO NO BRASIL: A FUNÇÃO DOS NEABs

DOI: 10.12957/synthesis.2014.119669

OTAIR FERNANDES*

Resumo: O presente artigo busca traçar algumas considerações sobre a função da intelectualidade negra dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) na luta contra o racismo no processo de transformação da educação brasileira no contexto democrático atual, em particular no ensino superior, no período pós-Lei 10.639/2003, sob a luz das categorias políticas do pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci, em particular o *conceito de hegemonia*. Apesar de preliminar, trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ) e visa demonstrar a importância do uso dos principais conceitos gramscianos para uma compreensão política mais profunda da luta contra o racismo no Brasil.

Palavras-chave: Intelectualidade Negra. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Ensino Superior. Racismo. Hegemonia.

The concept of hegemony in the fight against racism in Brazil: the role of NEABs

Abstract: This article explains some considerations on the role of the black intelligentsia from the Afro-Brazilian Studies Centers (NEABs) inside the fight against racism in the transformation of Brazilian education process in the current democratic context, particularly in higher education, post-Law 10.639/2003 period, under the light of the political categories of the thinker and Italian militant communist Antonio Gramsci, with focus on the concept of hegemony. Although preliminary, this is a study developed in the Afro-Brazilian Studies Laboratory and Indigenous Federal Rural University of Rio de Janeiro (Leafro / UFRRJ) and aims to demonstrate the importance of using key gramscian concepts for a deeper political understanding of the fight against racism in Brazil.

Keywords: Black Intelligentsia. African-Brazilian Study Center. Higher Education. Racism. Hegemony.

*Doutor em Ciências Sociais pela UERJ e Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM/DES). Coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (LEAFRO/UFRRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio Imaterial e Cultura Afro-Brasileira - (GPICAfro) - otairfernandes@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Se quiser chegar rápido, vá sozinho. Mas, se quiser ir longe, vá com muitos.”
(Provérbio Africano)

Desde a promulgação da Carta Magna de 1988, o Brasil vem passando por uma série de mudanças político-institucionais decorrentes do processo de transição do regime político, de uma ditadura militar para uma democracia em moldes liberais. A mobilização e a participação de diferentes segmentos e setores da sociedade brasileira são marcas instituintes desse processo. De lá para cá, muitas coisas aconteceram em um cenário marcado pelas contradições políticas na relação Estado e sociedade, perfazendo movimentos de avanços e retrocessos no que diz respeito à democratização de ambos. Do ponto de vista das políticas públicas, sobretudo aquelas relacionadas às áreas sociais como saúde, educação, assistência social, entre outras, temos tido um processo rico e ao mesmo tempo desafiador sob a perspectiva da inclusão social. Questões relacionadas à participação política e social em processo deliberativo, isto é, na tomada de decisões de governo exigidas por atores políticos diversos (ativistas políticos, movimentos sociais, instituições multilaterais, governos, dentre outros), foram apresentadas com diferentes sentidos e significados dependendo do grupo e do contexto social em que foram demandadas, implicando assim visões concorrentes de democracia. No que diz respeito às relações raciais e à problemática do negro ou afro-brasileiros,¹ especificamente, tais questões foram apresentadas na perspectiva da justiça social e dos direitos humanos, voltadas para a implantação de políticas para a promoção da igualdade racial. O problema é que tudo isso ocorre no contexto de uma sociedade liberal-conservadora, plural, estratificada, hierarquizada, marcada por contradições e conflitos, cuja principal característica histórica tem sido a persistência do racismo nas suas variadas dimensões e formas.

Importante ressaltar que o compromisso assumido pelo Estado brasileiro em combater as desigualdades sociorraciais e promover a igualdade racial é recente e responde a pressões do movimento social negro nacional e da comunidade internacional. Nos últimos dez anos, medidas foram tomadas no sentido de instituir políticas de ação afirmativa² com o objetivo

de promover e incentivar políticas de reparação, reconhecimento e de valorização do negro e sua cultura na sociedade brasileira. Isso representa uma mudança histórica e significativa que vem produzindo um intenso debate sobre a adoção de políticas públicas com recorte étnico-racial na sociedade como um todo. Daí, o estabelecimento de bases legais e institucionais para a construção dessas políticas mediante a existência de mecanismos legais e específicos, tais como:

a) Lei 10.678/2003 - cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;

b) Lei 10.639/2003 e, posteriormente, Lei 11.645/2008, que modifica as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.496/1996, incluindo no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

c) Lei 11.096/2005 - cria o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que permite a concessão de bolsas integrais e parciais pelas instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda que sejam negros, indígenas ou tenham estudado o ensino médio em escolas públicas;

d) Lei 12.288/2010 - cria o Estatuto da Igualdade Racial;

e) Lei 12.711/2012 - dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, conhecida como “lei de cotas”.

Outros mecanismos normativos como diretrizes, decretos, resoluções e portarias foram criados para efetivar essa legislação nos diferentes níveis de governo (federal, estaduais e municipais).

Se, por um lado, o conjunto dessa legislação significa avanço no sentido do reconhecimento oficial da situação trágica vivida pelos afro-brasileiros no país e demonstra um compromisso dos governos como nunca antes demonstrado na nossa história, com o combate às desigualdades e inclusão social do negro

na sociedade brasileira, por outro lado, a criação de todo aparato de normas e leis revela a luta institucional contra o racismo que se arrasta ao longo do período democrático, resultado de uma longa correlação de forças políticas que tensionam nossas instituições políticas (poderes legislativo, executivo e judiciário) e a sociedade civil como um todo. Trata-se de uma batalha travada de forma permanente e cotidiana nos diferentes espaços institucionais e áreas das políticas públicas em um contexto de democratização repleto de contradições, ambiguidades, e ainda inconcluso, onde aspectos característicos da vida política institucional estão presentes, como o clientelismo, o nepotismo, o fisiologismo e uma cultura política autoritária.

É no campo da educação que essa batalha tem maiores implicações práticas e pedagógicas. Partimos do pressuposto que a Lei 10.639/2003 complementada pela Lei 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004) formam o primeiro conjunto positivo de normas legais e apontam para uma revisão da educação no país na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais que visem valorizar as histórias e as culturas dos povos africanos e afro-brasileiros, apontando para conteúdos e metodologias que orientam pedagogicamente uma revisão histórica do papel dos(as) negros(as) na formação social, econômica e cultural da sociedade brasileira. (FERNANDES; MACHADO, 2014)

O presente artigo busca traçar algumas considerações sobre a função da intelectualidade negra dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros na luta contra o racismo no processo de transformação da educação brasileira no contexto democrático atual, sobretudo no ensino superior, no período pós-Lei 10639/03, à luz das categorias políticas do pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci, em particular o *conceito de hegemonia*. Apesar de preliminar, trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ) e visa demonstrar a importância do uso dos principais conceitos gramscianos para uma compreensão política mais profunda da luta contra o racismo no Brasil.

Refletir sobre a importância da atuação dos intelectuais negros(as) no campo da educação brasileira, especialmente no espaço acadêmico, de produção e difusão do conhecimento científico, no âmbito do ensino superior brasileiro, parece oportuno e justificável para uma melhor compreensão sobre o papel e a função desses intelectuais na luta contra o racismo em nosso país. Para tanto, a análise dessa atuação à luz do conceito de hegemonia, no sentido dado pelo intelectual Antonio Gramsci (1891-1937), parece interessante para lançarmos pistas num cenário de luta a nosso ver contra-hegemônica.

Partimos do pressuposto de que a educação é *locus* privilegiado de formação humana, carregado de tensão e de conflito, onde se trava uma luta cotidiana contra o racismo e as desigualdades sociorraciais. Neste sentido, o espaço escolar é visto como um campo de luta onde as práticas políticas e ideológicas devem ser consideradas na proposição de projetos que visam à transformação desse espaço. Neste contexto, queremos aqui destacar a função dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas suas diferentes denominações e equivalências, enquanto centro de produção de conhecimento e de formação de um tipo de intelectual coletivo engajado na luta contra o racismo no meio acadêmico.

2 A HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI: FUNÇÃO DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Refletir sobre a importância da atuação dos(as) intelectuais negros(as) no campo da educação brasileira, particularmente no espaço acadêmico, de produção e difusão do conhecimento científico, no âmbito do ensino superior brasileiro, parece oportuno e justificável para uma melhor compreensão sobre a atuação desses intelectuais na luta contra o racismo em nosso país, isto é, na luta pela transformação social. Para tanto, o uso das categorias políticas formuladas

por Antonio Gramsci (1891-1937), em especial o conceito de hegemonia, nos parece útil e promissor para uma melhor compreensão política da dinâmica do racismo nas suas várias dimensões (pessoal e institucional) no contexto de uma sociedade plural, estratificada, hierarquizada e marcada por contradições e conflitos como é a sociedade brasileira. Trata-se de compreender o racismo como ideologia dominante e difundida em toda a sociedade.

Hegemonia é um dos conceitos-chave da análise política de Gramsci registrada nas páginas dos “*Quaderni del carcere*”. O termo deriva da palavra grega *egemonia* que significa direção suprema, originalmente relacionado à acepção político-militar com dois sentidos diametralmente opostos: domínio ou liderança. Servia para indicar o poder absoluto dos chefes dos exércitos (*egemónes* = guias, condutores), passando posteriormente a designar a supremacia do estado-nação ou de uma comunidade político-territorial no sistema internacional e nas relações entre estados.

Na teoria marxista, a palavra hegemonia passou a fazer referência às relações entre as classes sociais, entre os partidos políticos, entre as instituições e os aparelhos públicos e privados, usada em dois sentidos: a) restrita apenas à dimensão política cujo significado acentuava o aspecto coativo, a força e a submissão; b) posteriormente, ampliada para a dimensão cultural, adquiriu um significado que privilegia os aspectos de persuasão, de direção, de legitimação e de consenso intelectual e moral.

Foi Antonio Gramsci quem promoveu uma inflexão teórica e filosófica, no âmbito do marxismo, reconceituando o termo hegemonia como capacidade de direção intelectual, moral e cultural, em virtude da qual a classe ou grupo dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceito como legítimo e obtém o consenso da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. Com isso, Gramsci possibilitou uma visão mais coerente e precisa da luta política no capitalismo contemporâneo marcado pelo fenômeno da industrialização, urbanização, pluralismo político, supremacia do

mercado e manutenção das desigualdades sociais.

Convém sinalizar que Gramsci era um pensador que viveu em um tempo de transformação social numa perspectiva revolucionária nas primeiras décadas do século XX, e que o seu pensamento estava voltado para a elaboração de um caminho concreto e específico para a revolução socialista nos países de civilização ocidental, particularmente na Itália. Nesse cenário, enquanto Marx e Lenin deram maior ênfase ao aspecto puramente político do conceito hegemonia, em que o essencial é a ação política como derrubada, pela violência, do aparelho do Estado, Gramsci, de forma diferente, sem subestimar o aspecto coercitivo, apontou a importância da cultura e da ideologia na ação para a transformação social.

Segundo Hall,

Gramsci é um dos primeiros “teóricos marxistas” das condições históricas que dominaram a segunda metade do século XX, oferecendo uma enorme contribuição sobre questões culturais e nacionais populares e à função da sociedade civil no equilíbrio inconstante das relações entre as forças da sociedade, áreas geralmente ignoradas da análise de conjuntura e da política [do século XX]. (2003, p. 299-300).

Sob este ponto de vista, para melhor compreensão da ideia de hegemonia no pensamento gramsciano, é fundamental considerar o cenário de luta política pela transformação social nas sociedades capitalistas contemporâneas, onde a hegemonia deixou de ser apenas uma modalidade necessária ao exercício do poder para a classe dominante, passando também a ser um pré-requisito estratégico para qualquer classe ou grupo revolucionário. Em outras palavras, é preciso considerar um cenário de luta revolucionária. Neste sentido, Gramsci promoveu uma análise socio-histórica das diferentes formações sociais, em particular da sociedade italiana do início do século XX, e apontou a importância da cultura na luta política, enriquecendo a teoria marxista ao acrescentar o nível cultural aos níveis político e econômico à análise.

Ao considerar as particularidades das formações

sociais do Ocidente, isto é, as sociedades capitalistas contemporâneas, Gramsci verificou que o poder está distribuído em vários lugares ao mesmo tempo (policêntrico), não se concentra em um só lugar e está diluído entre o Estado (sociedade política) e a sociedade civil, distintamente do que aconteceu nas sociedades do Oriente. Nessas condições, a luta política ocorre em toda a sociedade, em todos os espaços de poder disponíveis. Trata-se de uma luta que não se desenvolve apenas pelo puro poder político ou pelo puro poder econômico, mas como uma luta pela hegemonia, pela direção moral, ideológica e cultural. Baseado neste raciocínio, Gramsci afirma que a luta política não pode se limitar apenas a uma luta física e violenta, apenas à conquista do poder político, isto é, à conquista do Estado. É preciso, segundo ele, conquistar a consciência das pessoas, ganhar a “batalha das ideias”, fazer uma “revolução no cotidiano”. Trata-se, portanto, de uma luta contra a apropriação privada, ou elitista, do saber e da cultura. No fundo, o que ele quer dizer é que a luta é pela hegemonia!

Ao conceito de hegemonia na análise política de Gramsci estão associadas outras três importantes categorias: sociedade civil, ideologia e intelectual orgânico. A sociedade civil é o lugar onde ocorre a luta pela hegemonia, é o espaço de conflito de interesses mediante persuasão, é o lugar de construção do consenso. Em contraposição, a sociedade política é o Estado no sentido restrito do termo, lugar da força, coerção e dominação. Ambas, formam o que chama de Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil) e representam dois momentos da superestrutura ideológica do bloco histórico. Para ele, a sociedade civil é a maior parte dessa superestrutura e reúne o conjunto dos organismos privados e onde o grupo dominante exerce sua hegemonia em toda a sociedade. Ele não entende a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas, como pensava Marx, mas sim que ela cumpre uma função social no âmbito da cultura e da hegemonia. Por isso, na medida em que constitui o espaço de domínio da ideologia, a sociedade civil é um campo extremamente vasto.

Para Gramsci, a ideologia é a concepção de mundo da classe dirigente que se “manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”. São “orgânicas” quando estão vinculadas a uma classe fundamental, inicialmente limitada ao nível econômico dessa classe, se propaga quando a hegemonia se desenvolve sobre todas as atividades do grupo dirigente. A economia, as ciências, as artes, dentre outros, são aspectos da ideologia do grupo dominante que cria uma ou várias camadas de intelectuais que se especializam em cada um desses aspectos. Por isso, os diferentes aspectos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes de um mesmo todo: *a concepção de mundo da classe fundamental*. Neste sentido amplo, a ideologia inclui todas as atividades do grupo social dirigente, mesmo aquelas atividades que parecem menos ideológicas, como as ciências. Na análise política de Gramsci, *a ciência é um ramo da ideologia*, integra uma superestrutura e forma uma categoria histórica (PORTELLI, 1997).

Segundo Portelli,

Gramsci distingue “a ideologia científica”, isto é, as teorias científicas do método de investigação experimental, que atravessam numerosas crises. O próprio método de investigação não é totalmente independente da superestrutura. “Os principais instrumentos do progresso científico são de ordem intelectual (política), metodológica”, e Engels tinha razão ao escrever que os “instrumentos intelectuais não surgiram do nada, não são inatos no homem, e sim adquiridos, desenvolveram-se e se desenvolvem historicamente”. (1997, p.23)

Como concepção do mundo da classe dirigente, a ideologia é difundida por toda a sociedade em todos os níveis, mas não é homogênea. Sua difusão varia conforme as camadas sociais. Na cúpula da sociedade, entre as camadas dirigentes, a concepção de mundo é mais elaborada e atinge o nível da filosofia; no nível mais baixo, ela se fragmenta em forma de folclore. Entre esses dois níveis extremos, situam-se o senso comum e a religião.

Na sociedade civil, a ideologia se materializa sob três aspectos distintos, porém complementares. No primeiro, como ideologia da classe dirigente abrangendo todos os ramos da ideologia, como as artes, a ciência, a economia, o direito, dentre outros. No segundo, como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, se adaptando aos grupos, em diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore. No terceiro e último aspecto, a ideologia se materializa como direção ideológica da sociedade.

Neste último aspecto, ressaltamos três níveis essenciais onde a sociedade civil se articula, a saber: a) ideologia propriamente dita, isto é, concepção de mundo, valores; b) estrutura ideológica, isto é, organizações e instituições que criam e difundem a ideologia (igrejas, sistema escolar, imprensa, outros); c) material ideológico, isto é, instrumentos técnicos de difusão da ideologia (meios audiovisuais, jornais, livros, bibliotecas etc.).

Através da ideologia o grupo social estabelece sua hegemonia e se consolida como liderança moral, política e intelectual em toda a sociedade. Neste sentido, cultura e educação são imprescindíveis para a construção e consolidação dessa hegemonia. Ambos os conceitos aparecem de forma abrangente no pensamento político de Gramsci. O primeiro, como expressão da concepção de vida de um povo e compreende todas as manifestações humanas, desde as formas mais simples às mais complexas. É o terreno das práticas, representações, linguagens, costumes concretos de qualquer sociedade historicamente específica, incluindo as formas contraditórias do senso comum que enraízam e ajudam a moldar a vida popular. Em outras palavras, é o modo de “ver e ser” numa determinada sociedade (HALL, 2003). Materializa-se nas expressões artísticas, nos valores, nos costumes e nos comportamentos coletivos. O segundo conceito, educação, é entendido como o meio pelo qual a ideologia ou concepção de mundo hegemônicas são difundidas em toda a sociedade. Em Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, não

existente apenas nas escolas, mas em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros. Para ele, a escola e as instituições religiosas de massa (Igreja) são as principais responsáveis pela organização da cultura e dos meios de comunicação de massa.

É na vinculação entre cultura e educação que aparece a importância dos *intelectuais* no pensamento político de Gramsci. Trata-se de um grupo social autônomo, criado na própria classe, com uma função social de porta-voz dos grupos ligados ao mundo da produção, assumindo a função de unificar os conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas à formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento. Os intelectuais assumem o papel de instrumentos de construção e consolidação de uma vontade coletiva, de um consenso social do bloco histórico ao qual estão ligados.

Apesar de reconhecer a existência de diferentes tipos de intelectuais nas formações sociais históricas do Ocidente, Gramsci destaca o tipo *intelectual orgânico* distinguindo-o do tipo tradicional e dos não intelectuais. O intelectual orgânico é proveniente da classe social que busca a ascensão ao poder. É um especialista, organizador e homogeneizador da sua classe, procura dar coerência interna à concepção de mundo de interesse da sua classe. O tipo de intelectual tradicional é proveniente das classes sociais que foram dirigentes e hegemônicas, se autodeclaram “independentes” do grupo social dominante devido ao sentimento de continuidade histórica e sua especialização, como os eclesiásticos, administradores, filósofos, militares, cientistas, que favoreceram a monarquia. Em relação aos não intelectuais, Gramsci diz que a diferença está na capacidade de elaboração crítica da própria realidade histórico-social que os intelectuais orgânicos possuem. Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, pois não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, isto é, não se pode separar o *pensar* e o *agir*.

A questão fundamental colocada por Gramsci é a função desses intelectuais na sociedade. Para ele, pertence aos intelectuais a *função educativa* exercida em todos os espaços da sociedade onde atuam. Eles são os responsáveis pela organização da cultura e difusão da concepção de mundo do grupo social a que estão vinculados. Cumprem papel fundamental na formação ideológica hegemônica na perspectiva da emancipação humana. Segundo Gramsci, toda classe ou segmento social que busca ascender ao poder possui seus intelectuais orgânicos. As classes burguesa e trabalhadora possuem seus intelectuais orgânicos, para manter a *hegemonia*, no caso da primeira; e empreender uma luta *contra-hegemônica*, no caso da segunda. Para ele, a principal função dos *intelectuais orgânicos contra-hegemônicos* é a formação de uma nova moral e uma nova cultura. Importante lembrar que para Gramsci o objetivo final das lutas organizativas, no seu momento histórico, é o socialismo.

Em suma, *hegemonia* em Gramsci refere-se ao processo através do qual as classes ou grupos dominantes se legitimam pela aceitação generalizada da forma de funcionamento da sociedade, de acordo com a sua visão de mundo e valores aceitos pela maioria da sociedade. Para tanto, se faz necessário interligar, tanto no plano coletivo quanto no individual, os aspectos centrais da percepção (o pensar, o sentir) e da construção material do mundo (o agir) para que uma forma de organização da vida social seja hegemônica, sem excluir o aparato de coerção (o Estado). Tal aceitação generalizada na sociedade confere às classes dominantes a situação de dirigentes. Importante observar que a noção de hegemonia em Gramsci não deve ser compreendida como algo estático. A hegemonia é historicamente construída e permanentemente mantida pelos grupos dominantes, porém sua dinâmica possibilita abertura de espaços para construções contra-hegemônicas, para os grupos subalternizados que devem organizar e sistematizar uma concepção de mundo coerente, difundido por um projeto coletivo de transformação social.

Para Hall (2003, p. 302) os conceitos de Gramsci

podem servir para repensar algumas teorias e paradigmas existentes na análise do racismo e de outros fenômenos sociais correlatos, possibilitando compreender o *modus operandi* do racismo em sociedades complexas, e a melhor forma de combatê-lo. As categorias do pensamento político de Gramsci podem ser importantes para uma análise mais detalhada do papel e função dos intelectuais negros no Brasil, em particular aqueles que atuam diretamente na educação brasileira, especialmente nos meios acadêmicos, através dos inúmeros centros de ensino, estudos e pesquisas, como os núcleos de estudos afro-brasileiros.

3 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A FUNÇÃO DOS INTELECTUAIS NEGROS

A inserção de negros(as) nas universidades brasileiras, no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, faz parte da história das lutas sociais dos movimentos sociais negros na empreitada pela superação do racismo, em prol do direito à educação e ao conhecimento. A quase inexistência de negros no ambiente universitário, em particular na condição de pesquisadores e dirigentes, é visível e confirma a lógica perversa da exclusão social do sistema educacional brasileiro, denunciada pelos movimentos e organizações negras por todo o país nesses 117 anos pós-Abolição. A presença de grupos de pesquisadores negros no meio acadêmico brasileiro é fenômeno recente e tem sido objeto de algumas reflexões ainda incipientes sobre o assunto. Historicamente, os negros sempre estiveram excluídos do ensino superior, pois havia fortes barreiras raciais que impediam que negros e negras almejassem a carreira acadêmica e até mesmo ingressassem nas universidades, antes mesmos dos anos 1970 (CARVALHO, 2005-2006).

As análises desenvolvidas pelos estudos acadêmicos que investigavam as relações raciais no Brasil, até os anos setenta do século passado, eram amplas sobre a situação do negro no país e não privilegiavam a questão educacional. A partir dessa década foram criadas, sob pressão de militantes e

pesquisadores negros, condições para exigir urgência de modificações no setor educacional brasileiro. Como resultado desse processo tivemos a intensificação e maior frequência de pesquisas que passaram a denunciar as desigualdades sociorraciais e as discriminações a que estava submetida a grande maioria dos afro-brasileiros no país, com ênfase nos prejuízos desse grupo no interior do sistema educacional (PINTO, 1987).

Um levantamento informal sobre docentes negros nas universidades brasileiras, consideradas referências no cenário nacional, realizado por Carvalho, constatou que os negros não ultrapassam 1% dos docentes em nenhuma delas. Com esse diagnóstico, o autor denuncia que a inexistência de um censo racial oficial é um forte indício da resistência da comunidade acadêmica a se defrontar com sua condição racial privilegiada, pois

a condição de exclusão racial extrema na docência superior deve ser tomada em conta na hora de refletirmos sobre os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil. Paradoxalmente, foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil. (CARVALHO, *op. cit.*, p. 91).

A partir dos anos de 1980, no contexto de uma conjuntura marcada pela mobilização e participação social em prol do processo de democratização do país, começa a florescer uma geração de intelectuais negros, a maioria oriunda do Movimento Negro, que ao concluir a pós-graduação ingressa no meio acadêmico como pesquisadores, especialmente nas universidades públicas. Ainda que mínima, a presença de negros pesquisadores passa a ser sentida nos círculos intelectuais brasileiros e no campo do conhecimento acadêmico ao longo dos anos de 1990.

Segundo Santos (2008), os intelectuais negros surgem como um novo grupo de professores portadores de uma *ética da convicção do antirracismo*, adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros, e de um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionando-se em prol da igualdade

racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele. O perfil e a trajetória desses professores universitários os distinguem daqueles intelectuais existentes no meio acadêmico brasileiro até então, pois

negros(as) intelectuais são em realidade os(as) intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção antirracismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes(as) intelectuais um *ethos acadêmico ativo* que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). (SANTOS, *op. cit.*, p. 11).

Para este autor a interação entre uma ética da convicção antirracista e um *ethos* acadêmico é a marca desse novo tipo de intelectual. A primeira é adquirida diretamente na militância orgânica em alguma entidade ou organização negra, ou, indiretamente, por meio de contatos e diálogos com ativistas dos movimentos sociais negros. Ela se soma com o conjunto de conhecimentos fornecido pela formação acadêmica. A interatividade é construída na articulação entre o espaço acadêmico e o espaço do movimento social, e orienta a conduta desses intelectuais que intervêm na produção do conhecimento científico, em particular no campo das relações raciais, mediante uma produção que questiona, revisa ou desconstrói conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos, segundo Santos.

Para este autor, o mais importante é a inserção de negros no meio acadêmico, enquanto docentes e pesquisadores possibilitam que esses intelectuais atuem como sujeitos de seu próprio conhecimento científico e ocupem lugares de destaque no cenário acadêmico local e nacional, nas associações de pesquisa, na formação de professores e em órgãos de gestão governamental (federal, estaduais e municipais), o que tem proporcionado a produção de

um tipo de conhecimento diferente daquele até então produzido nas universidades brasileiras.

Seguindo esta linha de raciocínio, Gomes (2010) coloca que a inserção dos diferentes grupos étnico-raciais nas universidades brasileiras resulta da pressão dos movimentos sociais de caráter indenitário e de seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, outros). Esta inserção em relação aos intelectuais negros tem significado uma mudança do olhar da ciência sobre a realidade brasileira. Isso porque, através de seus estudos, esse grupo tem tratado a temática étnico-racial com maior seriedade nas pesquisas acadêmicas e oficiais e provocado uma possível inflexão do conhecimento científico sobre as relações raciais no contexto das desigualdades sociorraciais do país. Além disso, esses intelectuais assumem a questão racial como uma questão social e política demandada na luta antirracista no interior das universidades para toda a sociedade. Suas pesquisas com a temática étnico-racial privilegiam parcerias com os movimentos sociais, extrapolando a tendência hegemônica, no campo das ciências humanas e sociais, de produzir conhecimento sobre esses movimentos e seus sujeitos e produz um conhecimento articulado às vivências desses sujeitos nos (e com) os movimentos sociais. Portanto, a presença desses intelectuais negros no meio universitário tem desencadeado um outro tipo de produção do conhecimento, segundo a autora. (GOMES, 2010, p. 492-4).

Organizados coletivamente esses intelectuais têm se articulados dentro e fora das universidades mediante a criação de grupos, centros, núcleos e associações científicas articulando a militância política com a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial. Esses grupos se organizam e se autodenominam com diferentes nomes nos espaços acadêmicos, desde meados dos anos noventa do século passado. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), criada a partir do ano 2000, são exemplos concretos da atuação organizada desses intelectuais enquanto sujeitos coletivos. Através desses espaços

os intelectuais negros buscam mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com o objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. De acordo com a última atualização realizada pela ABPN existem atualmente 112 grupos organizados de intelectuais negros registrados em inúmeras instituições de ensino, a maioria nas universidades públicas e com a denominação de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs)³. Porém, podemos chamar a atenção para a organização desses grupos também em instituições de ensino técnico e médio em nível federal e estaduais. Isto é um fenômeno recente e pode ser explicado pela demanda gerada pela Lei 10.639/2003, que alterou o Artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tornando obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas em todo o país, ampliada em 2008 para os povos indígenas pela Lei 11.645.

A existência e multiplicação desses núcleos respondem às lutas e reivindicações do Movimento Negro Brasileiro, e que historicamente sempre pautaram a necessidade do aprofundamento do debate sobre as questões raciais e a importância de ampliação dos espaços político-institucionais e acadêmicos para negros(as). De uma maneira geral, os NEABs ganharam forma e força pós-Marcha 1995 no contexto das reivindicações do Movimento Negro Brasileiro por ações afirmativas, numa conjuntura onde ativistas negros em diferentes espaços institucionais, entre os quais se destacam as universidades públicas e órgãos do governo federal, empreenderam movimentos distintos, porém complementares, no combate ao racismo e à discriminação racial. Um desses movimentos ocorreu ao longo do processo de preparação e participação brasileira (representantes do governo brasileiro e do movimento negro nacional) na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Durante esse processo, os NEABs se proliferaram por todo o país, concomitantemente com

a constituição de outros espaços e/ou fóruns acadêmicos onde a questão étnico-racial passou a ser discutida, debatida, demandada e pesquisada, como o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e o Consórcio Nacional dos NEABs (CONNEABs).⁴

Institucionalmente, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros transformaram-se em *locus* privilegiados de formação, aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos de pesquisas de negros(as) e não negros que atuam academicamente com a temática das relações raciais e cultura afro-brasileira e suas intersecções no campo da educação e cultura. Em outras palavras, os NEABs constituíram-se polos de formação política onde se concentram e circulam os intelectuais negros no sentido antes definido por Santos. Além disso, outros pesquisadores se posicionam em prol da igualdade racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário.

Atuando coletivamente nos NEABs, os pesquisadores negros estão sendo capazes de:

- a) chamar a atenção para a diversidade, o crescimento numérico e a qualidade da produção acadêmica relacionada à situação dos afro-brasileiros;
- b) denunciar a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos(as) pesquisadores(as) negros(as);
- c) congregar e fortalecer laços entre pesquisadores(as) negros e não negros que tratam da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico;
- d) rever, recriar, ressignificar a participação dos negros(as), bem como sua experiência coletiva distinta na história passada e presente do Brasil;
- e) intensificar a luta antirracista com a adoção de cotas para negros nos diferentes espaços institucionais,

em particular nas Instituições de Ensino Superior (IES);

f) pontuar uma agenda de estudos e pesquisas diversificada: Ações Afirmativas e Movimentos Sociais; Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade; Processos Identificatórios, Relações Raciais e Educação Escolar; Construção de Identidade Negra no Brasil; Violência e Questão Racial; Infância Negra e Educação; Educação e Africanidades; Relações Étnico-Raciais nos Currículos da Educação Básica; Literatura e Outras Expressões Artísticas Afro-Diaspóricas; Representação do Negro; Memória, Patrimônio e Identidade Negra; Cultura e História da África e da Diáspora; Movimentos Sociais Negros; Poder, Cultura e Política na Perspectiva das Relações Étnico-Raciais; Educação, Gênero e Diversidade; Cultura, Memória e História das Populações Negras; Artes, Literatura e Linguagens; Comunidades Tradicionais, Religiosidades e Territorialidades; África e Africanidades na Diáspora; Direitos Humanos e Saúde da População Negra; Políticas Públicas de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Raça, Poder e Desenvolvimento.

Os trabalhos desenvolvidos pelos NEABs nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, no interior das universidades por todo o país, os distinguem dos demais espaços acadêmicos e os caracterizam como sujeitos coletivos ativos no campo educacional e cultural na luta ideológica contra o racismo. Através de suas atividades os NEABs estão se tornando cada vez mais espaços de formação e de produção de conhecimento contra-hegemônico numa sociedade altamente estratificada, preconceituosa e desigual como a brasileira.

Através desses espaços acadêmicos os intelectuais negros atuam politicamente dentro e fora das universidades em conexões com diferentes grupos sociais e órgãos governamentais. Academicamente, atuam na produção de conhecimento científico pautado em análise e leitura crítica, a partir da vivência étnico-racial forçando diálogo com a ciência,

principalmente com as ciências humanas e sociais. No processo de construção desse conhecimento tensões são geradas, pois os estudos promovidos por esses intelectuais (a) enriquecem e problematizam as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil, (b) ameaçam territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas, e (c) trazem elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico. Através de seus estudos, os intelectuais negros se posicionam politicamente na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais, desafiando a “ciência a entender as imbricações das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas e não hierarquizá-las”, e questionam a “visão de conhecimento científico desconectada da realidade social e política do país e das demandas colocadas pelos movimentos sociais e diferentes setores da sociedade”. (GOMES, 2010, p. 499-502).

Dentro desses núcleos, os intelectuais negros travam cotidianamente batalhas constantes e permanentes e enfrentam grandes desafios no meio acadêmico, dentre os quais se destaca o combate ao racismo institucional. Concordamos com Gomes (2010, p. 495-6) no que diz respeito a alguns desafios enfrentados por esses intelectuais na produção acadêmica no interior das universidades, tais como: (1) abrir o olhar da ciência e de grupos que ocupam espaço de poder e decisão no campo da pesquisa científica, para que enxerguem a realidade social para além do socioeconômico e compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito, da desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual na vida dos sujeitos sociais; (2) fazer entender que não há como hierarquizar desigualdades, o que significa afirmar que toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada. Neste sentido, para a autora, o papel desses intelectuais tem sido: (a) questionar a ciência e a universidade, por dentro e por fora, indagando a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo “outro”, pelo diferente e pelas diferenças nessa produção, por um lado, (b) questionar a relação

entre a universidade, a ciência, a produção, o reconhecimento e a distribuição desigual do conhecimento na universidade, por outro. Desta forma, a autora acredita na capacidade desses intelectuais em redefinir a própria ciência e a universidade na perspectiva da democratização de ambas e da sociedade numa visão de democracia que efetive a igualdade de direitos e, dentre estes, o direito à diferença.

Não temos dúvida da importância desses núcleos como centros de uma intelectualidade negra, docentes e pesquisadores, comprometida com a luta antirracista e a promoção da igualdade racial no país, e que vem contribuindo para uma produção acadêmica especializada. No entanto, precisamos atentar para uma leitura mais aprofundada da atuação dessa intelectualidade, o perfil de sua produção e os desafios a serem enfrentados não apenas no ambiente acadêmico, mas em outras esferas da vida social. No meio acadêmico, esses intelectuais se concentram em maioria no campo das ciências humanas, sobretudo na educação e nas ciências sociais, o que significa que ainda não foram capazes de atingir quantitativamente as outras grandes áreas do conhecimento científico (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas).⁵

A questão que se pode colocar é como atingir todas essas áreas num ambiente institucional restrito e presidido pela meritocracia, como são as universidades. Nestas, os intelectuais negros, individualmente ou em grupo, convivem com uma contradição. De um lado, precisam responder às exigências de uma produtividade e titulação com base em critérios forjados pelo meio acadêmico, condição para a sua inserção, permanência e reconhecimento na busca da “excelência acadêmica”; de outro lado, carregam o compromisso político da luta antirracista e a necessidade de produzir conhecimentos que questionem a lógica científica que orienta toda produção acadêmica nas grandes áreas do conhecimento científico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretar a atuação da intelectualidade negra nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros à luz das categorias preconizadas no pensamento político de Antonio Gramsci, em particular a categoria hegemonia, é, no mínimo, desafiador, além de prematuro. Isso porque esses núcleos constituem uma fase muito recente da luta contra o racismo no Brasil, oriunda de uma conjuntura política de democratização do Estado brasileiro. Isso significa que a experiência desses núcleos na realidade educacional do país, sobretudo no ensino superior, ainda é bastante desconhecida da sociedade brasileira em geral e no próprio campo educacional.

Mesmo assim, os NEABs constituíram um espaço institucional específico de formação de uma intelectualidade negra que vem contribuindo para a produção e difusão de um tipo de saber que questiona o conhecimento hegemônico que dá base à ideologia racial brasileira. Neste sentido podemos dizer que esses núcleos atuam como sujeitos coletivos na luta pela hegemonia na produção do conhecimento produzido no âmbito universitário. Não resta dúvida que a presença desses núcleos no ambiente universitário proporciona a existência de coletivos de intelectuais que têm produzido conhecimento sobre a temática étnico-racial, articulados em parcerias e na convivência pessoal e coletiva, pautando a questão racial na agenda acadêmica como questão social e política como nunca houve na história da educação superior deste país. A participação desses coletivos de intelectuais negros tem sido importante na construção de um novo pensamento social e na ação em espaços para o debate sobre o racismo.

Em outras palavras, a atuação desses intelectuais negros nas universidades, através desses núcleos, tem contribuído para outra visão das relações raciais no Brasil, daquela até então predominante. Por meio da literatura, da produção acadêmica, de artigos na imprensa, de letras de música e de boletins dirigidos à militância e à sociedade em geral, a questão étnico-racial não pode ser mais ignorada pelo Estado e pela sociedade brasileira.

O problema a ser colocado é que o meio acadêmico tem sua própria dinâmica de funcionamento e cumpre função primordial como centro de formação do pensamento científico que dá sustentação a uma ciência eurocêntrica nas várias áreas do conhecimento acadêmico. Neste cenário, os NEABs e grupos semelhantes atuam dentro do campo difusor da ideologia racial dominante. O racismo como ideologia dominante está difundido por toda a sociedade, inclusive dentro da universidade, enquanto sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra todo o sistema social.

Considerando que na luta pela hegemonia, direção moral, política e cultural, a questão fundamental colocada por Gramsci é a função dos intelectuais orgânicos na sociedade, podemos dizer que os NEABs funcionam como uma espécie de intelectual coletivo e orgânico na luta contra o racismo institucional a partir do ambiente universitário. Um sujeito coletivo capaz de exercer, por excelência, a função educativa sobre a problemática étnico-racial e difundi-la para toda a sociedade a partir do ambiente educacional, sobretudo das universidades. Para tanto, é preciso que o conhecimento produzido seja contra-hegemônico e extrapole o meio acadêmico e o ensino superior. Acreditamos que através da educação é possível atingir toda a sociedade, sem abrir mão de outros espaços onde esta função possa ser exercida.

O problema a ser colocado, seguindo o raciocínio de Gramsci, é que a principal função dos *intelectuais orgânicos contra-hegemônicos* é a formação de uma nova moral e uma nova cultura no contexto de um processo de transformação social e que busca criar as condições para a emancipação do grupo social. Este, talvez, seja o maior desafio na luta contra o racismo no Brasil, na sua fase atual: articular projetos político-educacionais que apontem não apenas as necessidades de mudanças institucionais, mas, sobretudo, apontem os caminhos para a transformação e superação do racismo. Para tanto, a competência epistemológica ou conhecimento teórico e o comprometimento político-pedagógico devem formar condições que viabilizem esse projeto de emancipação

(MARÇAL, 2012).

Ainda carecemos de estudos e debates mais aprofundados, acadêmicos ou não, sobre as possibilidades concretas de projetos coletivos nessa direção. Mas, acreditamos que a existência de uma intelectualidade negra nas universidades e em outros centros de formação, articulados com outros sujeitos coletivos existentes na sociedade brasileira que lutam contra o racismo e combatem às desigualdades sociorraciais, podem contribuir para isso. Cabe observar que mudanças institucionais são importantes e necessárias, mas não suficientes para uma transformação no nível exigido para a superação do racismo.

É preciso ganhar a batalha das ideias!

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Termo aqui utilizado para designar os descendentes da diáspora africana nascidos no Brasil (SISS, 2001).

² As ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas para combater a discriminação de raça, gênero etc., visando corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado. Portanto, as políticas de ações afirmativas são formas de intervenção política com o objetivo de eliminar a discriminação ou implementar mecanismos de “discriminação positiva” nas relações sociais (trabalho, política econômica, cultural, educacional, dentre outras), com vistas a combater as diversas formas de desigualdades sociais. (GOMES, 2001; SISS, 2001).

³ Os 112 núcleos registrados na ABPN estão distribuídos em instituições de ensino em 24 dos 27 estados brasileiros e cobrem todas as regiões, a saber: Brasília (2), Goiás (3), Mato Grosso (4), Mato Grosso do Sul (3), Pará (6), Tocantins (2), Alagoas (3), Bahia (6), Ceará (2), Maranhão (3), Paraíba (2), Pernambuco (5), Piauí (1), Rio Grande do Norte (2), Sergipe (1), Paraná (6), Rio Grande do Sul (15), Santa Catarina (7), Espírito Santo (3), Minas Gerais (10), Rio de Janeiro (15), São Paulo (8). Como exemplo da variação de nomes desses grupos, temos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Brasilidades, Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro, Centro de Estudos Africanos, Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros, dentre outros.

⁴ A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) foi constituída no ano de 2002 no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), realizado na cidade de São Carlos, em São Paulo, com o objetivo principal de congregar e fortalecer laços entre pesquisadores que tratam da

problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico. O CONNEAB foi concretizado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), no Maranhão, com o objetivo principal de desenvolver ações através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de caráter interinstitucional e multidisciplinar voltadas para avaliação e acompanhamento da implementação do Parecer CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE 001/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Relações Étnico-Raciais e Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, dentre outros.

⁵ Classificação segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf> >.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, J. J. O confinamento racial no mundo acadêmico. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez/jan/fev, 2005-2006.
- GOMES, J. B. *Ação afirmativa e o princípio constitucional de igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989
- HALL, S. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação UNESCO no Brasil, 2003. p. 294-334.
- FERNANDES, O.; MACHADO, E. A. Políticas de ação afirmativa e educação: para além da cor e da raça. In: FARIAS, P. S.; PINHEIRO, M. L. (Org.). *Novos estudos em relações étnico-raciais: sociabilidades e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- MARÇAL, J. A. *A formação de intelectuais negros(as): as políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- PINTO, R. P. A educação do negro: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 62, p. 3-34, 1987.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RIBEIRO, C. M. *Pesquisas sobre o negro e educação no Brasil:*

uma análise de suas concepções e propostas. 247p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SANTOS, S. A. dos. De militantes negros a negros intelectuais. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6.; 2008, *Anais...* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

SISS, A. *Afro-brasileiros e Ação Afirmativa*: relações instituintes de práticas político-ético-pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.